



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO REITOR
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Conexão de Redes de Dados a ser executado de forma contínua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e os seguintes anexos:

Anexo A: Relação Geral de Pontos de Atendimento

Anexo B: Perfil de Tráfego

Anexo C: Preços Máximos Admissíveis

Anexo D: Modelo de Proposta Comercial

Anexo E: Modelo de Termo de Vistoria

Anexo F: Instrumento de Medição e Resultado (IMR)

- 1.2** O objeto desta contratação é constituído por 20 (vinte) itens de serviços, discriminados em 03 (três) lotes, conforme a área metropolitana em que serão prestados, relacionados no Anexo A (Relação Geral de Pontos de Atendimento).

1.2.2. Município do Rio de Janeiro:

- **LOTE 1 (Itens 1 a 12)** - Link dedicado ponto-a-ponto com velocidade de 100 Mbps (Megabits por segundo).

1.2.3. Município de Duque de Caxias:

- **LOTE 2 (itens 13 e 14)** - Link dedicado ponto-a-ponto velocidade de 100 Mbps (Megabits por segundo).

1.2.4. Município de Macaé:

- **LOTE 3 (itens 15 a 20)** - Link dedicado ponto-a-ponto com velocidades 100 Mbps (Megabits por segundo).

- 1.3** A participação em cada um dos lotes é completamente independente.

- 1.4** Em relação aos lotes, será considerado para fins de classificação o menor valor total por lote.

- 1.5** O objeto da licitação tem a natureza de prestação de serviço de conectividade com a obrigatoriedade da UFRJ manter o endereçamento IP que lhe foi cedido.

- 1.6** As contratações em questão serão realizadas segundo as quantidades estimadas no Anexo B (Perfil de Tráfego) e seguirão o modelo descrito no Anexo D (Modelo de Proposta Comercial) deste Termo de Referência.

- 1.7** A presente contratação abrange única e exclusivamente órgãos próprios da estrutura organizacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Órgãos autônomos eventualmente citados, tais como Fundações, são meras referências à localização física, quando compartilhadas.

- 1.8 O prazo de vigência do contrato é de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta meses), com base no art. 57, II, da Lei de Licitações (da Lei 8.666, de 1993).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

- 2.1. A contratação visa atender às necessidades de comunicação das redes de dados de unidades da CONTRATANTE, conectando-as a um ponto central (campus Fundão), de modo a facilitar a prestação de serviços especializados e de forma contínua (internet, intranet, telefonia VOIP, compartilhamentos, videoconferência, etc).
- 2.2. Para o momento atual, pretende-se alcançar estes objetivos: garantia de conexão de dados alternativa (backup), atualização contratual e aumento de velocidade de banda.
- 2.2.1. As unidades externas ao campus principal da CONTRATANTE (campus Fundão), são setores componentes de sua estrutura acadêmica e, portanto, assumem importância no seu funcionamento da mesma forma que as unidades localizadas no campus principal. Assim sendo, tais unidades externas têm sido conectadas "diretamente" aos serviços disponibilizados através de redes de computadores, utilizando-se de infraestruturas públicas e comerciais para realização de suas atividades tradicionais. É o bom desempenho administrativo da instituição que vem justificar a manutenção de conexões secundárias ao campus principal, considerando-se as eventuais interrupções no anel de rede principal das referidas unidades.
- 2.2.2. A condição de "conexão dedicada ponto-a-ponto", expressa ao longo deste termo, como o próprio nome diz, permite tráfego de dados e gestão das redes das unidades externas de forma direta, como se localizadas no campus principal (rede local de campus), também dispensando quaisquer mecanismos mais complexos de gerência e monitoramento que uma contratação de rede banda larga poderia exigir. Dessa forma, o emprego já consolidado desse modo de comunicação também permite a utilização do endereçamento de rede IP de propriedade da CONTRATANTE, tratando-se de mais uma facilidade para comunicação mais rápida entre seus dispositivos de rede.
- 2.2.3. Acrescentamos a estes critérios a necessidade de ampliação da velocidade das conexões de tais unidades externas que, conforme apresentado no Anexo B, atualmente demandam melhor adequação, não somente em virtude das crescentes implementações tecnológicas de alta convergência digital, como também pelo aumento da quantidade de usuários de suas instalações e serviços.
- 2.3. O certame objetiva selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, observada a isonomia entre os participantes, contribuindo para diminuição dos gastos da instituição, em benefício do atendimento de suas atividades finalísticas.
- 2.4. A Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), por sua Diretoria de infraestrutura de Rede (INFRATIC), na condição de órgão normativo da UFRJ para questões pertinentes, elabora o presente Termo de Referência para contratação de serviço de conexão de redes de dados.

3. DEFINIÇÃO DE TERMOS E ACRÔNIMOS

- 3.1. **Área Metropolitana:** espaço geográfico das instalações da CONTRATANTE, a saber:
- **Município do Rio de Janeiro:** Ilha do Fundão (Cidade Universitária), Flamengo, Laranjeiras, Lagoa, Centro, Lapa, Saúde, Cidade Nova e São Cristóvão
 - **Município de Duque de Caxias:** Campus Santa Cruz da Serra e campus Xerém
 - **Município de Macaé:** São José do Barreto, Granja Cavaleiros, Novo Cavaleiros e Ajuda de Baixo.

- 3.2. Órgão:** unidade organizacional participante do processo licitatório, vinculado à instituição pública, com quem compartilha a contratação.
- 3.3. Unidade:** instalação física a ser conectada pela infraestrutura da CONTRATANTE.
- 3.4. PGO:** Plano Geral de Outorgas, conforme definido pelo Decreto nº 6.654, de 20/11/2008;
- 3.5. Prestadora:** Pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para a prestação de serviço de telecomunicações;

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1.** Estes lotes 1, 2 e 3 possuem itens agrupados de acordo com cada área para cotação, segundo o padrão tarifário local.

Item	Lote 1 - Rio de Janeiro
1	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Faculdade Nacional de Direito (FND)</u> com o campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
2	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Maternidade Escola (MAES)</u> com o campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
3	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Observatório do Valongo (OV)</u> com o campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
4	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)</u> com campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
5	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Escola Nacional de Música (Passeio – ENM1)</u> com campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
6	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Escola Nacional de Música (Ventura – ENM2)</u> com campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
7	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Instituto de Ginecologia (IG)</u> com campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
8	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN)</u> com campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
9	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA)</u> com campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
10	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Colégio de Aplicação (CAP)</u> com campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
11	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus do <u>Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE)</u> com campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
12	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando <u>campus do Museu Nacional (MN)</u> com campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .

Item	Lote 2 - Duque de Caxias
13	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Xerém</u> com o campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .
14	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando campus <u>Santa Cruz da Serra</u> com o campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .

Item	Lote 3 - Macaé
15	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando <u>Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé - Polo NUPEM</u> ao <u>Polo Universitário</u> , na velocidade de 100 Mbps .
16	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando <u>Polo Ajuda</u> com <u>Polo Universitário</u> , na velocidade de 100 Mbps .
17	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando <u>Instituto Macaé de Ciência e Tecnologia - Polo IMCT</u> com <u>Polo Universitário</u> , na velocidade de 100 Mbps .
18	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando <u>Hospital Público Municipal de Macaé - Polo HPM</u> com <u>Polo Universitário</u> , na velocidade de 100 Mbps .
19	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando <u>Empresa de Pesquisa Agropecuária RJ - Polo PESAGRO</u> com <u>Polo Universitário</u> , na velocidade de 100 Mbps .
20	Conexão dedicada ponto-a-ponto, ligando <u>Polo Universitário</u> com o campus <u>Fundão</u> , na velocidade de 100 Mbps .

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

5.1 Especificações gerais

- 5.1.1** Todos os materiais e serviços necessários às instalações serão fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus de qualquer natureza para a CONTRATANTE, devendo estar previstos no valor cotado.
- 5.1.2** Apenas os itens discriminados no Anexo D (Modelo de Proposta Comercial) serão considerados. Elementos de custo como assinatura básica, instalação, adequações na rede da CONTRATADA, entre outros, quando não discriminados no referido anexo, serão desconsiderados, pois constituem insumos inerentes à prestação do serviço.
- 5.1.3** A CONTRATADA deverá monitorar e supervisionar os links de sua malha principal (backbone), diagnosticando e notificando falhas mesmo antes do desencadeamento da notificação pelo cliente.
- 5.1.4** Todas as conexões de redes de dados deverão ser instaladas nas unidades EXCLUSIVAMENTE por fibra óptica, sendo vedada a utilização de quaisquer outros meios para provimento de conexão com a CONTRATADA.
- 5.1.5** A interligação deve ser em conexão permanente desde as dependências da CONTRATANTE até a conexão à infraestrutura de comunicação da CONTRATADA, obedecendo às recomendações elaboradas pela Electronic Industries Alliance/Telecommunications Industry Association EIA/TIA e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para provimento de serviços de conexão dedicada ponto-a-ponto, e demais normas, quando couber.

5.2 Especificações gerais na modalidade conexão dedicada

- 5.2.1** A velocidade transmissão de dados fornecida deverá ser, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) da velocidade contratada.
- 5.2.2** A contratada deverá garantir a conexão de dados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por

semana. A disponibilidade mínima deverá ser de 99% (noventa e nove por cento).

- 5.2.3** As velocidades das conexões de dados contratadas deverão ter banda simétrica, isto é, tanto a taxa de download quanto a taxa de upload deverão ser as mesmas.
- 5.2.4** As conexões de rede de dados entre as unidades da CONTRATADA e seus pontos centrais NÃO PODERÃO estar submetidas a qualquer tipo de filtragem de portas e protocolos de camada 2 e superiores.
- 5.2.5** Por força da condição de conexão dedicada, deverá ser garantido o funcionamento de cada conexão contratada em quaisquer das tecnologias disponíveis, seja em modo determinístico ou por outros modos, desde que respeitados os demais parâmetros estabelecidos neste termo de referência.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 6.1.** Trata-se de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 6.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 6.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 6.4.** O critério de ADJUDICAÇÃO da proposta é o menor preço por lote, respeitando o valor máximo por item determinado pela Administração. O regime de execução será de execução indireta, sob a forma de empreitada por preço global.

7. VISTORIA

- 7.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 17 horas.
- 7.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
 - 7.2.1.** Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
 - 7.2.2.** A vistoria deverá ser agendada pelo endereço eletrônico noc@tic.ufrrj.br ou pelo telefone (21) 3938-1935.
 - 7.2.3.** Após a vistoria, será emitido o respectivo Termo de Vistoria, Anexo “E” deste Termo, que deverá ser anexado à documentação de “Habilitação”, para o certame.
- 7.3.** Por ocasião da vistoria, ao licitante ou ao seu representante legal poderá ser entregue CD-ROM ou outra forma compatível, a ser fornecida pelo interessado, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4.** A não realização da vistoria, por ser facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5.** A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. DA PROPOSTA

- 8.1.** O proponente deverá apresentar proposta de preço seguindo o modelo do Anexo D (modelo de proposta comercial), observando o LOTE do certame de seu interesse e com todos os campos obrigatoriamente preenchidos. No caso de LOTE, o proponente deverá cotar todos os seus itens, sendo considerado para fins de classificação o MENOR VALOR TOTAL DO LOTE.
- 8.2.** A estimativa de tráfego, conforme Anexo B (perfil de tráfego) não se constitui em qualquer compromisso de aquisição para a CONTRATANTE.
- 8.3.** Todos os preços deverão ser expressos em Reais, INCLUSO TODOS OS TRIBUTOS, TAXAS E ENCARGOS decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação.
- 8.4.** Para cada LOTE de interesse, deverão ser especificados os preços unitários solicitados na planilha, procedendo-se em seguida aos cálculos necessários à obtenção do preço global. Em caso de divergência entre valores unitários e calculados, serão considerados os primeiros; entre valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.
- 8.5.** A Proposta Comercial de que trata o Anexo D deste Termo de Referência deverá ser preenchida com os preços cotados, levando em conta o perfil de tráfego informado no Anexo B.
- 8.6.** O proponente vencedor deverá apresentar, os valores unitários e totais de cada item. No caso de LOTE, o somatório dos itens é o valor total do LOTE.
- 8.7.** O preço proposto e levado em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do proponente.
- 8.8.** Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que o proponente julgar necessárias ou convenientes.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 9.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 9.6.1.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 9.6.2.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 9.6.3.** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, em especial no que se refere à implantação, operação, níveis de serviço e a eventual necessidade de reprogramação das centrais da CONTRATANTE, objetivando a compatibilidade com os equipamentos da CONTRATADA;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos,

garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 10.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei no 13.146, de 2015.
- 10.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei no 8.666, de 1993.
- 10.20.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;
- 10.21.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.22.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP no 5, de 25/05/2017:
 - 10.22.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 10.22.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e dos demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis

e penais cabíveis.

- 10.23.** Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.
- 10.23.1.** Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com garantia de 99,0% (noventa e nove por cento) da velocidade contratada e, quando for o caso, do tempo contratado. Na hipótese de ocorrência de interrupção total de prestação de serviço de conectividade, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 8 (oito) horas.
- 10.24.** A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos links de dados, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA.
- 10.25.** Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, também disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado, excluindo atendimento estilo "call center", para situações que exijam consultoria especializada, em geral admitida para a categoria de clientes corporativos, para a qual os atendentes possuam a devida especialização.
- 10.26.** As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.
- 10.27.** Apresentar, mensal e gratuitamente, junto a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel ou Open Office Calc ou, sob demanda, em arquivo de texto no formato TXT, no padrão FEBRABAN (versão 2 ou superior, conforme www.febraban.org.br), e valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.
- 10.28.** A versão em papel das faturas deve apresentar o detalhamento dos links contratados, seus valores e descontos aplicados.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, ressalvadas interligações de última milha entre as infraestruturas da CONTRATANTE e da CONTRATADA, quando for o caso, mantendo a CONTRATADA a responsabilidade integral pelo serviço prestado.
- 11.2.** Será permitido à CONTRATADA subcontratar, sob sua conta, risco e responsabilidade, a instalação, a desinstalação, e a assistência técnica.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei no 8.666, de 1993.
- 13.2.** O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle

da execução dos serviços e do contrato.

- 13.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 13.4.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei no 8.666, de 1993.
- 13.5.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.6.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei no 8.666, de 1993.
- 13.7.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei no 8.666, de 1993.
- 13.8.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 13.9.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo F, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - a)** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b)** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 13.10.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 13.11.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 13.12.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.13.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.14.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 13.15.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos

indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

- 13.16.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.17.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada junto ao documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.18.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP no 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 13.19.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666, de 1993.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 14.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 14.2.** No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação, via eletrônica comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 14.3.** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
 - 14.3.1.** A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 14.3.1.1.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo F, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 14.3.1.2.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - 14.3.1.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - 14.3.2.** No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
 - 14.3.2.1.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução

do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo F.

14.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 15.4.1.** O prazo de validade;
 - 15.4.2.** A data da emissão;
 - 15.4.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 15.4.4.** O período de prestação dos serviços;
 - 15.4.5.** O valor a pagar;
 - 15.4.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 15.6.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP no 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, conforme aferição pela IMR, anexo F, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 15.6.1.** Não produziu os resultados acordados;
 - 15.6.2.** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 15.6.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.8.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.9.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 15.10.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa no 3, de 26 de abril de 2018.
- 15.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.12.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 15.13.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 15.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \left(\frac{6}{365} \right) \quad I = 0,00016438$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Serviço de Telecomunicações – IST, da ANATEL, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei no 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa

de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

- 17.2.2.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 17.3.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP no 5/2017.
- 17.4.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 17.4.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 17.4.2.** Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 17.4.3.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 17.4.4.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 17.5.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.6.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 17.7.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 17.8.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 17.9.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.10.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (DEZ) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.11.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.12.** Será considerada extinta a garantia:
- 17.12.1.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 17.12.2.** No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea “h2” do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 17.13.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 17.14.** A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e no Contrato.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei no 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 18.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 18.1.5.** Cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. Multa de:

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste Termo de Referência.

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a

Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei no 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei no 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei no 9.784, de 1999.

18.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS E INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. Os serviços contratados deverão ser ativados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da assinatura do contrato, dentro do qual a CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias, salvo justificativas previamente aprovadas pela CONTRATANTE.

19.2. Caso a CONTRATADA seja a mesma prestadora atual do serviço, o prazo é reduzido para 30 (trinta) dias corridos, salvo justificativas previamente aprovadas pela CONTRATANTE.

19.3. As alterações de características técnicas decorrentes de alterações nos roteadores das unidades, nas características de conectividade, ou em outros fatores que impliquem reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA, serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE.

19.4. Alterações e/ou inclusões de endereço para instalação e/ou realocação de infraestrutura de rede de dados, serão previamente comunicados à CONTRATADA, respeitadas as necessidades de aditamento contratual e deverão ser efetivadas no prazo máximo descrito nos subitens 19.1, 19.2 e 19.6.

19.5. Ao término do contrato, a CONTRATADA prestará todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados.

19.6. O prazo de que trata a implantação descrito nos subitens 19.1 e 19.2 poderá ser prorrogado mediante justificativas técnicas contundentes, a serem analisadas pela área técnica da CONTRATANTE, havendo possibilidade de prorrogação por mais 30 (trinta) dias e 60 (sessenta) dias, respectivamente para os subitens 19.1 e 19.2.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Documento de outorga da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para prestação de serviços, de acordo com o LOTE.

20.3.2. Documento de homologação da ANATEL para a prestação dos serviços, de acordo com o LOTE.

20.4. O fornecedor deverá, para fins de habilitação, apresentar, ainda, a Declaração de Vistoria, conforme modelo apresentado no Anexo E, consignando a opção pela realização ou não da vistoria.

20.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.5.1. Conforme valores máximos expressos no Anexo C deste termo, por item. Dessa forma, não há possibilidade de contratação por lote, estando algum item acima do valor máximo estabelecido pela Administração.

20.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço GLOBAL (para os LOTES).

20.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O valor total de referência para esta contratação é de R\$ 5.963.350,80, adotando-se o critério de valor máximo aceitável por item e por lote, conforme Anexo C.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. A dotação orçamentária deverá ser indicada no processo, antes da realização do certame.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2021

Presidente da Comissão



Membro

Marcelo da Silva Gonçalves
SIAPE: 0366158

Aprovo o Termo de Referência,
Em, 02 de agosto de 2021.

Superintendente da TIC

Anexo A

Relação Geral de Pontos de Atendimento

- Os links de dados ponto-a-ponto com o campus Fundão, devem convergir para o endereço Av. Athos da Silveira, 274, Cidade Universitária, CEP 21941-916, Rio de Janeiro - INCE.

Área Metropolitana – Rio de Janeiro – Lote 1					
		CEP	SIGLA	Nome da unidade	Telefone
A	U01	20021-290	ENM1	Escola Nacional de Música - Passeio	212240-1391
				Rua do Passeio 98, Lapa, Rio de Janeiro, RJ	
	U02	20031-170	ENM2	Escola Nacional de Música - Ventura	
				Av. Chile 330, Centro, Rio de Janeiro, RJ	
	U03	20080-090	OV	Observatório do Valongo	212263-0685
				Ladeira Pedro Antônio 43, Saúde, Rio de Janeiro, RJ	
	U04	20210-031	HESFA	Hospital Escola São Francisco de Assis	213938-4400
				Av. Presidente Vargas 2863, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ	
	U05	20211-110	EEAN	Escola de Enfermagem Anna Nery	213938-0941
				Rua Afonso Cavalcanti 275, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ	
	U06	20211-340	IG	Instituto de Ginecologia	213938-0403
				Rua Moncorvo Filho 90, Centro, Rio de Janeiro, RJ	
	U07	20211-340	FND	Faculdade Nacional de Direito	213938-1033
				Rua Moncorvo Filho 8, Centro, Rio de Janeiro, RJ	
	U08	20051-070	IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	213938-0449
				Largo São Francisco de Paula 1, Centro, Rio de Janeiro, RJ	
	U09	20940-040	MN	Museu Nacional	213938-1105
				Quinta da Boa Vista s/nº, São Cristovão, Rio de Janeiro, RJ	
	U10	22240-004	MAES	Maternidade Escola	212285-7935
				Rua das Laranjeiras 180, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ	
	U11	22470-120	CAP	Colégio de Aplicação	213938-0319
				Rua Batista da Costa 55, Lagoa, Rio de Janeiro, RJ	
	U12	22250-020	CBAE	Centro Brasileiro de Altos Estudos	212552-1048
				Av. Rui Barbosa, 762, Flamengo, Rio de Janeiro	

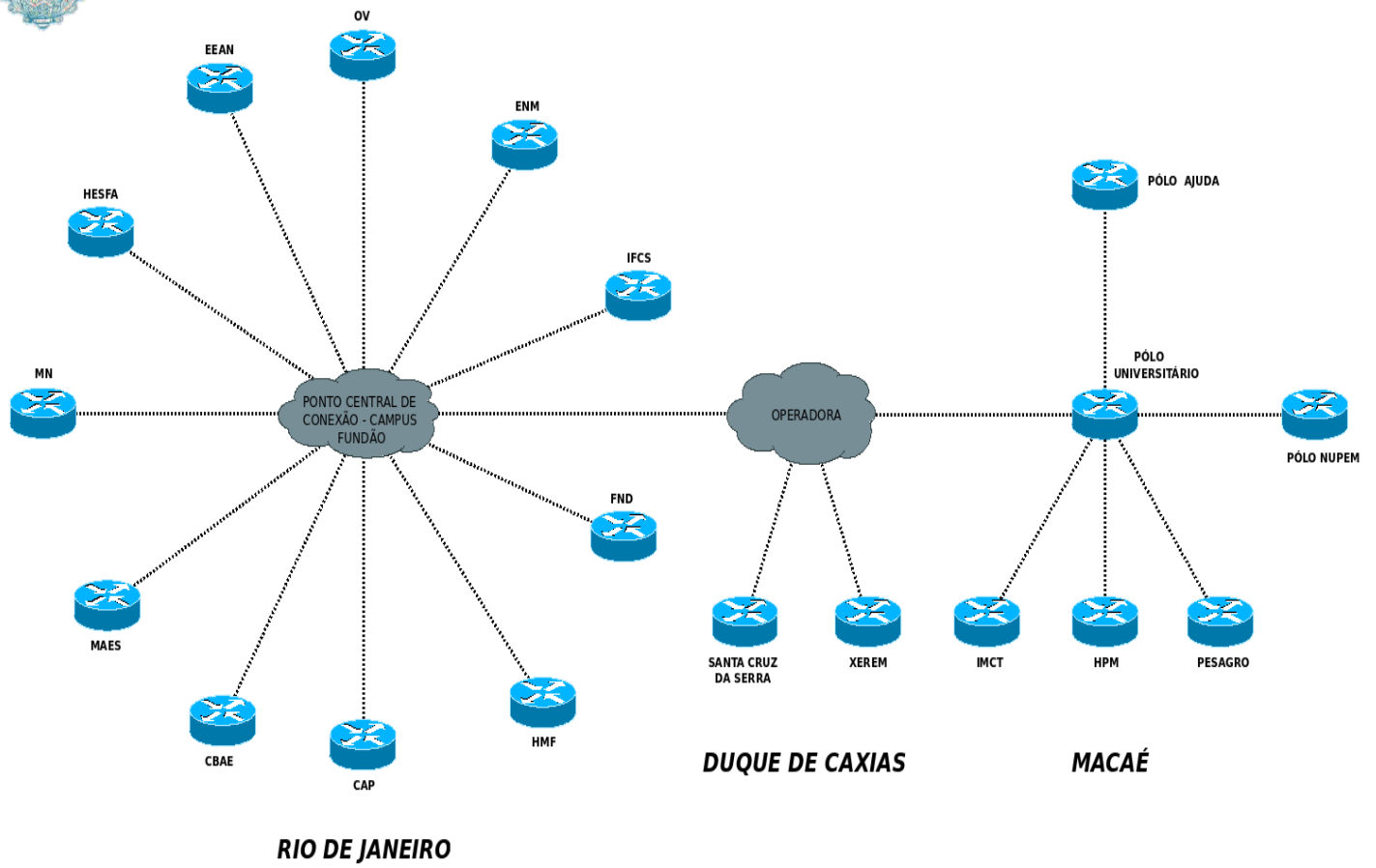
Área Metropolitana – Duque de Caxias – Lote 2					
B	U13	25270-470	XEREM	Polo Xerém	212679-1018
				Estrada Xerém 27, Pq Barão do Amapá, Duque de Caxias, RJ	
	U14	25265-970	SCS	Polo Santa Cruz da Serra	-
				Rodovia Washington Luiz, Km 104,5 – Santa Cruz da Serra, RJ	

Área Metropolitana – Macaé – Lote 3					
C	U15	27971-550	NUPEM	Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé	(22) 2141-4001
				Av. São José do Barreto 764, S J do Barreto, Macaé, RJ	
	U16	27930-560	Universitário	Polo Macaé Cidade Universitária Macaé	(22) 2141-4001
				Av. Aluizio da Silva Gomes 50, Granja Cavaleiros, Macaé, RJ	
	U17	27933-378	IMCT	Polo Macaé IMCT	(22) 2141-4001
				Rua Alcides da Conceição, 159, Novo Cavaleiros, Macaé, RJ	
	U18	27971-525	Ajuda	Polo Ajuda	(22) 2141-4001
				Estrada do Imburo, s/n, Km 6, Ajuda de Baixo, Macaé, RJ	
	U19	27910-970	HPM	Hospital Público Municipal de Macaé	(22) 2141-4001
				Rodovia RJ 168, s/n, Virgem Santa, Macaé/RJ	
	U20	27949-100	PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro	(22) 2141-4001
				Estrada Aderson Ferreira Filho, s/n, Cidade Nova, Macaé/RJ	

Relação Geral de Pontos de Atendimento - Topologias



TOPOLOGIA DE REDE DE DADOS



Anexo B

Perfil de Tráfego

1. Relação das unidades, suas conexões de destino e valores de banda envolvidos atendidos pelo link principal.
2. O perfil de tráfego informa a banda de dados utilizada atualmente conforme medições realizadas entre outubro/2018 e abril/2019.
3. A banda estimada considera projeções na mudança de utilização dos links ao longo do tempo.

Órgão	Unidade	Destino	Banda Disponível	Banda Utilizada	Banda Estimada
U07	FND	Fundão	100,0 Mbps	20,0 Mbps	80,0 Mbps
U10	MAES	Fundão	100,0 Mbps	35,0 Mbps	75,0 Mbps
U03	OV	Fundão	100,0 Mbps	22,8 Mbps	60,0 Mbps
U08	IFCS	Fundão	100,0 Mbps	39,8 Mbps	60,0 Mbps
U01	ENM1 – Passeio	Fundão	100,0 Mbps	17,2 Mbps	30,0 Mbps
U02	ENM2 – Ventura	Fundão	100,0 Mbps	8,33 Mbps	30,0 Mbps
U06	IG	Fundão	100,0 Mbps	29,0 Mbps	90,0 Mbps
U05	EEAN	Fundão	100,0 Mbps	88,9 Mbps	88,9 Mbps
U04	HESFA	Fundão	100,0 Mbps	90,2 Mbps	90,2 Mbps
U11	CAP	Fundão	100,0 Mbps	8,3 Mbps	20 Mbps
U12	CBAE	Fundão	100,0 Mbps	21,0 Mbps	35,0 Mbps
U09	MN	Fundão	100,0 Mbps	97,3 Mbps	97,3 Mbps
U13	XERÉM	Fundão	100,0 Mbps	60,2 Mbps	60,2 Mbps
U14	SANTA CRUZ SERRA	Fundão	100,0 Mbps	35,9 Mbps	35,9 Mbps
U16	UNIVERSITÁRIO	Fundão	100,0 Mbps	80,2 Mbps	80,2 Mbps
U15	NUPEM	UNIVERSITÁRIO	100,0 Mbps	60,2 Mbps	60,2 Mbps
U18	AJUDA	UNIVERSITÁRIO	100,0 Mbps	58,3 Mbps	53,3 Mbps
U17	IMCT	UNIVERSITÁRIO	100,0 Mbps	70,2 Mbps	70,2 Mbps
U19	HPM	UNIVERSITÁRIO	50,0 Mbps	22,0 Mbps	30 Mbps
U20	PESAGRO	UNIVERSITÁRIO	50,0 Mbps	19,4 Mbps	25 Mbps

Anexo C
Preços Máximos Admissíveis

LOTE 1 Rio de Janeiro		
Item	Banda contratada	Preço máximo total do contrato (36 meses)
1	100 Mbps	R\$ 278.801,53
2	100 Mbps	R\$ 278.801,53
3	100 Mbps	R\$ 278.801,53
4	100 Mbps	R\$ 278.801,53
5	100 Mbps	R\$ 278.801,53
6	100 Mbps	R\$ 278.801,53
7	100 Mbps	R\$ 278.801,53
8	100 Mbps	R\$ 278.801,53
9	100 Mbps	R\$ 278.801,53
10	100 Mbps	R\$ 278.801,53
11	100 Mbps	R\$ 278.801,53
12	100 Mbps	R\$ 278.801,53
SUBTOTAL DO LOTE 1 (itens 1 a 12)		R\$ 3.345.618,36

LOTE 2 Duque de Caxias		
Item	Banda Contratada	Preço máximo total do contrato (36 meses)
13	100 Mbps	R\$ 278.801,64
14	100 Mbps	R\$ 278.801,64
TOTAL DO LOTE 2 (itens 13 e 14)		R\$ 557.603,28

LOTE 3 Macaé		
Item	Banda Contratada	Preço máximo total do contrato (36 meses)
15	100 Mbps	R\$ 374.797,08
16	100 Mbps	R\$ 374.797,08
17	100 Mbps	R\$ 374.797,08
18	100 Mbps	R\$ 374.797,08
19	100 Mbps	R\$ 374.797,08
20	100 Mbps	R\$ 186.143,76
TOTAL DO LOTE 3 (itens 15 a 20)		R\$ 2.060.129,16

Anexo D**Modelo de Proposta Comercial** (em papel timbrado da empresa)**À: Universidade Federal do Rio de Janeiro****PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/2020**
PROCESSO N° 23079.052200/2018-77

Prezado Senhor,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para a prestação dos serviços constituintes do(s) lote(s)..... pelo preço total de R\$
(.....), nos termos do Edital e das Planilhas de Formação de Preços, conforme abaixo:

LOTE I					
Rio de Janeiro					
Item	Banda Ofertada	Preço Unitário Mensal da Banda ofertada	Unidade de Medida	Quantidade	Preço total do contrato para 36 meses
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(b)*(d)
1	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
2	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
3	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
4	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
5	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
6	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
7	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
8	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
9	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
10	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
11	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
12	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
TOTAL DO LOTE I (itens 1 a 12)					R\$

LOTE 2 Duque de Caxias					
Item	Banda Ofertada	Preço Unitário Mensal da Banda Ofertada	Unidade de Medida	Quantidade	Preço total do contrato para 36 meses
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(b)*(d)
13	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
14	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
TOTAL DO LOTE 2 (itens 13 e 14)					R\$

LOTE 3 Macaé					
Item	Banda Ofertada	Preço Unitário Mensal da Banda Ofertada	Unidade de Medida	Quantidade	Preço total do contrato para 36 meses
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(b)*(d)
15	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
16	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
17	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
18	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
19	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
20	100 Mbps	R\$	serviço mensal	36	R\$
TOTAL DO LOTE 3 (itens 15 a 20)					R\$

Nos preços propostos estão incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras obrigações necessárias ao completo desempenho dos serviços contratados, tais como custos de interconexão com outras operadoras, impostos e taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas em separado.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura das propostas.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		Tel/Fax:
CEP:	Cidade:	UF:
Banco:	Agência:	C/C:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____

Cidade: _____

UF: _____

CPF: _____

Cargo/Função _____

RG: _____

Orgão Expedidor: _____

Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____

Local e data_____
Nome e assinatura do responsável legal**1. Disposições Gerais**

- 1.1.** Deverão ser preenchidos todos campos referentes a cada lote de interesse do licitante, segundo os quantitativos indicados nas tabelas.
- 1.2.** A oferta de lances (diminuição de preços), durante a sessão do Pregão Eletrônico, deverá ser feita pelo valor total do(s) item(ns), no caso dos lotes em que o proponente concorrer.
- 1.3.** Para efeito de classificação das propostas, será considerado o menor preço global de cada lote resultante do somatório dos seus itens.

Anexo E
Modelo de Termo de Vistoria

Referência: (número da Licitação)

Data: ____/____/2020.

Empresa: (Nome da Licitante)

A empresa acima identificada **ATESTA** que, por meio de seu representante legal ou empregado/preposto por ele indicado, Sr.(a) _____(nome)_____,
____(cargo)__,

OPÇÃO 1: **NÃO EFETUOU** vistoria nas dependências da **UFRJ**, assumindo o compromisso de atender aos requisitos e exigências do edital, nas condições e características verificadas no momento da prestação dos serviços, não havendo possibilidade de posteriores alegações para o não cumprimento integral do objeto da referida Licitação, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

OPÇÃO 2: **EFETUOU** vistoria nas dependências da **UFRJ** onde os novos serviços e equipamentos serão instalados, recebendo informações sobre cumprimento integral do objeto da referida Licitação. Declara ainda que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto ao fornecimento, bem como quanto ao modo, condições e locais da prestação dos serviços, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

Representante da Empresa:

____(nome) e _____(assinatura)
____ Nome completo, telefone, e-mail e fax

Representante da **UFRJ**:

____(carimbo e assinatura) _____

DATA: ____/____/ 2020

Anexo F

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Avaliação de Desempenho e da Qualidade do Serviço de Conectividade das Redes de Dados

1. INTRODUÇÃO

Este documento descreve o procedimento a ser adotado na gestão do contrato de prestação de Serviço de Conectividade de Redes de Dados para a UFRJ.

As atividades descritas neste documento serão realizadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização/controlar a execução dos serviços, gerando relatórios mensais a serem encaminhados ao setor competente da UFRJ para aplicação de ajustes no pagamento.

2. OBJETIVO

Avaliar o desempenho e a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA e estabelecidos neste Termo de Referência.

3. MÉTODO DE AVALIAÇÃO

A avaliação do desempenho e da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será realizada por meio do Formulário de Instrumento de Medição e Resultado – IMR, no qual serão analisados 7 Itens.

Para cada Item relacionado será atribuído um quantitativo mensal, que será o balizador para o cálculo da pontuação final.

A pontuação final será o resultado da soma de pontos obtida dos 7 (sete) Itens avaliados, que serão diminuídos de 10 (dez), totalizando uma Nota de Avaliação (NA), conforme fórmula abaixo;

$$NA = 10 - \sum \text{pontos}.$$

A NA deverá ser igual ou superior a 9,5 (nove vírgula cinco) para que haja pagamento integral do valor faturado mensal.

Para cada décimo, ou 0,1 (zero vírgula um), abaixo do valor de 9,5 (nove vírgula cinco), haverá a adequação do pagamento faturado em 1% (um por cento), até o limite máximo de 40% (quarenta por cento) de desconto.

Os itens a serem avaliados são os que compõem a tabela abaixo:

Tabela de Itens Avaliados			
Item	Descrição da Ocorrência	Incidência	Pontos Perdidos por Incidência
1	Suspender ou interromper, parcial ou totalmente, o fornecimento do objeto contratado.	A cada 2(duas) horas de indisponibilidade	0,3
2	Não apresentar corretamente tanto a Nota Fiscal em papel quanto o detalhamento em arquivo eletrônico dos serviços prestados no mês, conforme preços e serviços contratados.	Por fatura mensal Incorreta	1,7
3	Não corrigir, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer fatura que apresente erro e/ou inconsistência com as cláusulas contratuais vigentes, a contar da data de devolução do documento de cobrança por parte da CONTRATANTE.	Por dia que exceder o prazo	0,3
4	Não prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pela CONTRATANTE, por intermédio de consultor designado para acompanhamento do objeto contratado, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação.	Por Incidência	1,0

5	Não garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e conversações realizadas através do serviço desta contratação (EXCETO COM ORDEM JUDICIAL).	Por Incidência	5,0
6	Suspender ou interromper os serviços de conexão, previstos neste Termo de Referência.	A cada hora de indisponibilidade	1,0
7	Descontinuar o atendimento através de número telefônico voltado para o registro das solicitações e reclamações sobre o funcionamento dos serviços contratados, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.	Por Incidência	0,5

O formulário a ser elaborado mensalmente, será o modelo abaixo:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO SERVIÇO DE CONECTIVIDADE DE DADOS					
CONTRATO No.		PERÍODO DE AVALIAÇÃO:		DATA:	
EMPRESA CONTRATADA:					
RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO:					
FISCAL OPERACIONAL:					
ITEM	OCCORRÊNCIA	INCIDÊNCIA	PONTOS – POR INCIDÊNCIA (A)	QUANTIDADE NO MÊS (B)	SUBTOTAL (A X B)
1	Suspender ou interromper, parcial ou totalmente, o fornecimento do objeto contratado.	A cada 2 (duas) horas de indisponibilidade	0,3		
2	Não apresentar corretamente tanto a Nota Fiscal em papel quanto o detalhamento em arquivo eletrônico dos serviços prestados no mês, conforme preços e serviços contratados.	Por fatura mensal Incorreta	1,7		
3	Não corrigir, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer fatura que apresente erro e/ou inconsistência com as cláusulas contratuais vigentes, a contar da data de devolução do documento de cobrança por parte da CONTRATANTE.	Por dia que exceder o prazo	0,3		
4	Não prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pela CONTRATANTE, por intermédio de consultor designado para acompanhamento do objeto contratado, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação.	Por Incidência	1,0		
5	Não garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e conversações realizadas através do serviço desta contratação (EXCETO COM ORDEM JUDICIAL).	Por Incidência	5,0		
6	Suspender ou interromper os serviços de conexão, previstos neste Termo de Referência.	A cada hora de indisponibilidade	1,0		
7	Descontinuar o atendimento através de número telefônico voltado para o registro das solicitações e reclamações sobre o funcionamento dos serviços contratados, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.	Por Incidência	0,5		
NOTA FINAL (10 - Σ SUB-TOTAIS ITENS 01 A 07) =					